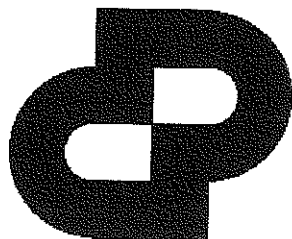


Handwritten signature and mark.



CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.

**DECLARAÇÃO AMBIENTAL INTERCALAR
2007**

CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA

NR
4**ÍNDICE**

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. O CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA	3
3. PROCESSO DE FABRICO DE CIMENTO NO CPA – ENTRADAS/SAÍDAS	3
4. OBJECTIVOS E METAS AMBIENTAIS.....	5
5. DESEMPENHO AMBIENTAL.....	7
5.1 EMISSÕES PARA A ATMOSFERA.....	7
5.1.1 PARTÍCULAS.....	7
5.1.2 ÓXIDOS DE AZOTO (NO _x)	7
5.1.3 DIÓXIDO DE ENXOFRE (SO ₂).....	8
5.1.4 MONÓXIDO DE CARBONO (CO)	8
5.1.5 DIÓXIDO DE CARBONO (CO ₂).....	8
5.1.6 AUTOCONTROLO DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS DE FONTES FIXAS	9
5.1.7 EMISSÕES DIFUSAS DE PARTÍCULAS	11
5.2 ABASTECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE ÁGUA.....	11
5.3 ÁGUAS RESIDUAIS.....	12
5.4 RUÍDO.....	13
5.5 GESTÃO DE RESÍDUOS	13
5.6 ENERGIA	14
6. OUTRAS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	15
6.1. RENOVAÇÃO DO REGISTO NO EMAS.....	15
6.2. COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS.....	15
6.3. RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA DA PEDREIRA.....	15
6.4. SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE OCUPACIONAL	15
7. PROGRAMA AMBIENTAL DO CPA PARA 2008	17
8. GLOSSÁRIO	19
9. IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS.....	20
10. VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL	21

1. INTRODUÇÃO

Esta Declaração Ambiental Intercalar fornece informação sobre o desempenho ambiental do Centro de Produção de Alhandra em 2007 e objectivos ambientais para 2008. Trata-se da quinta Declaração Ambiental publicada no âmbito do Regulamento (CE) n.º 761/2001 do Parlamento Europeu (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – EMAS). A próxima Declaração Ambiental, será também intercalar, uma vez que em 2006 foi elaborada uma mais completa requerida para o processo de renovação do Registo no EMAS (que ocorre de 3 em 3 anos).

2. O CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA

Não existem alterações em relação à descrição e áreas ocupadas pelo Centro de Produção de Alhandra (CPA) e a pedreira de calcário do Bom Jesus, situada a cerca de 2 km da fábrica.

Em finais de 2007 o n.º de trabalhadores era de 194 e o n.º de contratados em regime de *outsourcing* (média mensal) de 198.

Em meados de Dezembro de 2007 a instalação obteve a Licença Ambiental n.º 53/2007, de 23 de Outubro, no âmbito da legislação sobre Prevenção e Controlo Integrados de Poluição (PCIP), para a actividade principal de fabrico de cimento com uma capacidade licenciada de 2.800.000 t/ano. Como aspectos relevantes refira-se ainda a obtenção, em finais de Março, da licença de exploração para a co-incineração de farinhas animais no queimador principal do forno 7 e, em Dezembro, para a valorização energética no pré-calcinador do mesmo forno de resíduos não perigosos e biomassas agrícola e florestal. Já no início de 2008, salienta-se a obtenção da licença de exploração, para a operação de co-incineração de resíduos não perigosos no queimador principal do forno 6.

O CPA tem como actividade principal o fabrico e expedição dos seguintes tipos de cimento:

- Cimento Portland EN 197-1 – CEM I 52,5 R;
- Cimento Portland EN 197-1 – CEM I 42,5 R;
- Cimento Portland de calcário EN 197-1 – CEM II / A-L 42,5 R;
- Cimento Portland de calcário EN 197-1 – CEM II / B-L 32,5 N;
- Cimento Pozolânico EN 197-1 – CEM IV / B(V) 32,5 N.

O clínquer, produto da cozedura, pode também ser expedido como produto final. Em 2007 a quantidade de clínquer enviada para o exterior do CPA ascendeu às 673 055 toneladas, representando cerca de 31% da produção.

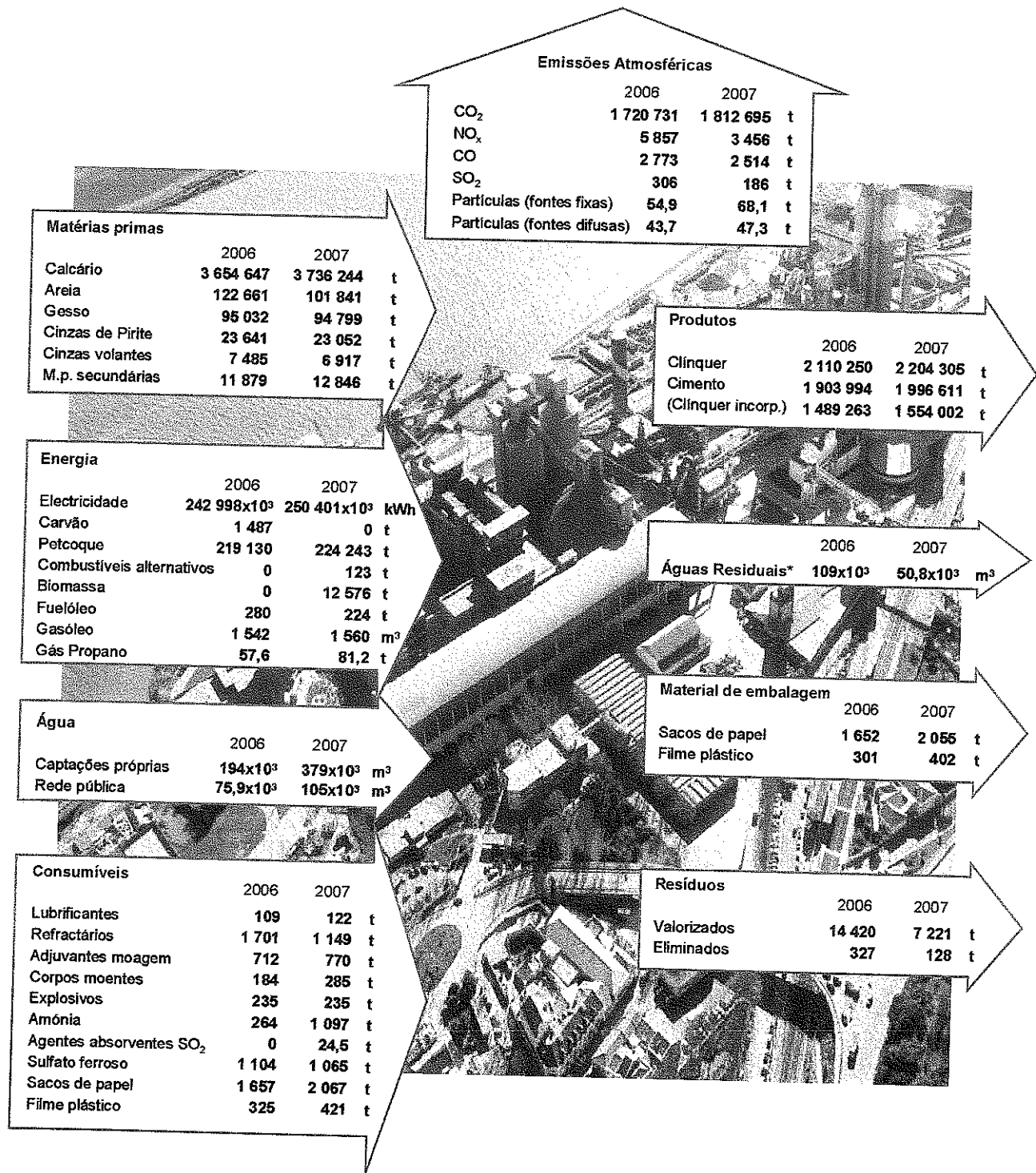
3. PROCESSO DE FABRICO DE CIMENTO NO CPA – ENTRADAS/SAÍDAS

Em relação ao diagrama apresentado na Declaração Ambiental de 2006 foram introduzidos dados referentes à utilização de biomassa e de outros resíduos como combustíveis alternativos no forno 7 e ao consumo de absorventes (hidróxido de cálcio), utilizados no decorrer de ensaios para o controlo e minimização das emissões de SO₂ nas chaminés dos fornos.

Em 2007, o processo de fabrico de cimento foi responsável por 99% do total de energia eléctrica consumida no CPA (maioritariamente nas moagens de cru e de cimento) e 76% do total de água consumida (essencialmente no condicionamento dos gases dos fornos).

ENTRADAS / SAÍDAS – ANOS 2006 e 2007

Centro de Produção de Alhandra



(*) – Deste valor, 75 % correspondem a águas pluviais. É de referir que a redução verificada neste valor em relação ao ano anterior se deve à variação da quantidade de precipitação anual acumulada que em 2006 foi de 1 133 mm, enquanto em 2007 foi de apenas 431 mm.

Nota: Valores inferiores a 100 unidades, apresentados com uma casa decimal.

4. OBJECTIVOS E METAS AMBIENTAIS

Apresentam-se no quadro seguinte os Objectivos e Metas ambientais definidos para o ano 2007, o grau de cumprimento obtido assim como as principais acções ambientais desenvolvidas para a prossecução dos mesmos.

N.º	ASPECTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS	OBJECTIVOS E METAS	ACÇÕES REALIZADAS	
1	Emissões de partículas nas chaminés principais (poluição atmosférica)	Reduzir as emissões específicas de partículas, em 8,3%, face à meta estabelecida em 2006 (< 0,033 kg/t cimento equivalente)	Aquisição de uma reserva estratégica de 2 100 mangas dos filtros dos fornos, para substituição. (→) Substituição e montagem de novas mangas no filtro do arrefecedor do forno 7.	☺
2	Emissões de NO _x nas chaminés dos fornos (poluição atmosférica)	Reduzir as emissões específicas de NO _x em 17,1% relativamente ao valor obtido em 2006 (≤ 2,30 kg de NO _x / t clínquer)	Aumento da capacidade de armazenagem de amónia, com montagem de novo depósito de 25m ³ , e optimização dos sistemas de injeção de amónia nos fornos – técnica SNCR. (→)	☺
3	Emissões de CO ₂ (Aquecimento global)	Reduzir as emissões específicas de CO ₂ produzido nos fornos, em 2%, face ao calculado para 2003, de acordo com o Protocolo CO ₂ (≤ 822 kg de CO ₂ / t clínquer)	Concluídas as instalações e arranque da valorização energética de farinhas animais no queimador principal e de outros combustíveis alternativos no pré-calcinador do forno 7. Já em inícios de 2008, foi obtida a licença de exploração para a valorização energética de resíduos não perigosos no forno 6. (→)	☺
4	Emissões difusas de partículas na pedreira	Minimização das emissões difusas de partículas produzidas na zona da pedreira (Substituição de 45% da cobertura total da Pré-Homo II)	Remodelação parcial da cobertura da pré-homo II, numa área de cerca de 2000 m ² de chapa metálica, e de cerca de 232 m ² de chapa translúcida na parte lateral da cobertura. Realização de pavimentações em estradas da pedreira.	☺
5	Emissões difusas de partículas na fábrica	Garantir um valor médio anual de partículas PM ₁₀ no ar ambiente inferior em 7,5% relativamente ao valor limite legal, no sistema on-line da área fabril (Valor médio anual da concentração de PM ₁₀ no ar ambiente ≤ 37 µg/m ³)	Remodelação dos despeiramentos de 4 transportadores de matérias-primas. (→) Elaboração de projectos para o tapamento de 3 transportadores de clínquer e torres de transferência. (→) Instalação de "apanha migalhas" no transportador de clínquer no forno 7. (→) Adiada a optimização do despeiramento no Hangar de aditivos às moagens de cimento. (→) Pavimentações em áreas fabris junto à embalagem e na nova instalação de carregamento de Big Bags (163 m ²).	☺
6	Gases que afectam a camada de ozono	Substituição dos equipamentos com CFC's e outras substâncias depletoras da camada de ozono (implementação do plano de eliminação gradual até 2010 e atingir uma substituição acumulada de 31% dos equipamentos inventariados)	Continuação da implementação do Plano de Eliminação Gradual, tendo-se atingido uma percentagem de substituição de 35,8%. (→) Condicionamento de salas eléctricas com aquisição de novos equipamentos (3) de ar condicionado sem ODS. (→)	☺
7	Gestão de água	Introdução de melhorias nos sistemas de gestão e controlo de águas de abastecimento (montagem de 8 contadores e garantir consumo < 0,11 m ³ /t Ceq)	Beneficiação da canalização de água industrial existente. Montagem de 8 contadores para melhorar a monitorização do consumo de água potável. Substituição de tubagens de alimentação de água nas casas do Bairro Social. Arranque dos trabalhos de remodelação das torres de refrigeração do circuito de água industrial. (→)	☹
8	Águas residuais	Introdução de melhorias nos sistemas de tratamento de águas residuais e construção de novos sistemas de drenagem e tratamento de águas pluviais	Construção dos sistemas de drenagem e tratamento de águas para as instalações de recepção/armazenagem de resíduos para co-incineração. Colocação de recolhedores de óleos (skimmers) nos sistemas de tratamento de águas da garagem e oficina auto. (→)	☺
9	Ruído	Diminuição dos níveis de ruído das fontes mais relevantes de impacto para o exterior (Redução em 14 dB(A) no Edifício das moagens de combustíveis sólidos e insonorização do ventilador de ar primário do forno	Concluídos os trabalhos de insonorização da sala dos motores principais, e do Edifício das moagens de combustíveis sólidos, obtendo-se uma redução de 15,8 dB(A) do ruído para o exterior. Insonorização dos supressores de transporte de carvão, ventilador ar primário e ventilador do arrefecimento do cabeçote na plataforma do forno	☺

N.º	ASPECTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS	OBJECTIVOS E METAS	ACÇÕES REALIZADAS	
		7)	7. Montagem de 3 novos compressores com canópias para a secção da Embalagem.	
10	Gestão de Resíduos	Melhorar a quantificação e separação, aumentando a quantidade de resíduos valorizada internamente em cerca de 0,3 pontos percentuais em relação a 2006 (percentagem de resíduos valorizados internamente > 92%)	Realização de acções de sensibilização ambiental para trabalhadores, contratados e empreiteiros para promover uma melhor gestão de resíduos. Remodelação do sistema de lubrificação do moinho de cimento 12. Celebração de contrato com empresa externa especializada para a gestão global de resíduos produzidos na instalação. (->)	☹
11	Consumo de Energia	Reduzir o consumo específico de energia eléctrica em 1,7% face ao valor obtido em 2006 (≤ 99,2 kWh/t cimento)	Substituição do revestimento e placas da divisória da primeira câmara do moinho de cimento 12. Remodelação da iluminação fabril nas zonas da moagem de cru da linha 6, oficina auto, armazém de paletes e outras. (->) Substituição do variador de velocidade do moinho de cimento 10. Instalação de 3 compressores de velocidade variável na secção de embalagem.	☺
12		Reduzir o consumo específico de energia térmica em 0,04% face à meta estabelecida para 2006 (≤ 801,7 kcal/kg de clínquer)	Instalação de novos canhões de ar para a torre de ciclones / pré-calcinador do forno 7. Montagem de novo doseador de combustíveis sólidos (de tipo gravimétrico) ao queimador principal do forno 7. (->)	☺
13	Acidentes ambientais na pedreira	Diminuição dos riscos de acidentes ambientais na Pedreira do Bom Jesus (conclusão da implementação do plano de gestão florestal para o total da área abrangida de 80,36 ha)	Vedação para protecção e segurança dos terrenos, ao longo de cerca de 0,8 km. (->) Concluída a implementação do Plano de Gestão Florestal da Pedreira do Bom Jesus para o total da área abrangida. Manutenção de áreas já intervencionadas e plantações de árvores. (->)	☺
14	Licença Ambiental	Prestação de eventuais esclarecimentos necessários para obtenção da licença ambiental	Foi emitida, em 23 de Outubro de 2006, pela Agência Portuguesa do Ambiente, a Licença Ambiental PCIP n.º 53/2007, entrando a mesma em vigor no dia 17 Dezembro de 2007, data de recepção da mesma proveniente da entidade competente para o licenciamento (DRE-LVT).	☺

(->) continuidade para o ano seguinte

☺ objectivo/meta atingido

☹ objectivo/meta não atingido

Dos 14 objectivos estabelecidos para 2007, 12 foram atingidos integralmente, correspondendo a uma percentagem de cumprimento de 86%.

No final desta Declaração Ambiental (ponto 7) é apresentado o programa ambiental do CPA para o ano 2008 com indicação dos objectivos e acções previstas. As metas associadas a esses objectivos são incluídas, sempre que aplicável, nos gráficos de evolução dos indicadores de desempenho ambiental apresentados de seguida.

5. DESEMPENHO AMBIENTAL

Nos pontos seguintes é apresentado um resumo dos dados disponíveis sobre o desempenho ambiental do CPA relativamente aos seus objectivos e metas, bem como a avaliação da conformidade com as principais disposições legais aplicáveis no que se refere aos impactes ambientais significativos. Os dados relativos aos indicadores apresentados reflectem o desempenho no período entre 2004 e 2007, e constituem um complemento às informações do diagrama de entradas e saídas do ponto 3.

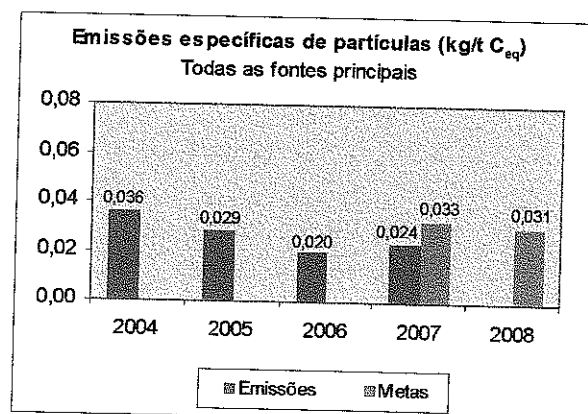
5.1 EMISSÕES PARA A ATMOSFERA

De referir que o previsto arranque da actividade de co-incineração de resíduos no forno 7, com obtenção da respectiva licença de exploração, exigiu uma adaptação do sistema de reporte e tratamento estatístico dos dados resultantes da monitorização em contínuo das emissões ao disposto no Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de Abril. Assim, não só foram definidos VLE's mais exigentes em termos de valor absoluto como também passaram a ser aplicáveis aos valores médios diários e não aos valores médios mensais, como anteriormente. Por outro lado, ainda de acordo com o referido Decreto-Lei, os dados resultantes da monitorização em contínuo na chaminé do forno 7, passaram a ter integração semi-horária (em vez de horária) considerando ainda que os valores médios a intervalos de 30 minutos são determinados a partir dos valores instantâneos e tendo em conta a incerteza das medições.

5.1.1 Partículas

Foi registado um aumento de 20%, em relação ao ano anterior, nas emissões específicas de partículas das fontes fixas principais, tendo sido atingida a meta proposta, definida em função do previsível desgaste de mangas filtrantes montadas em anos anteriores.

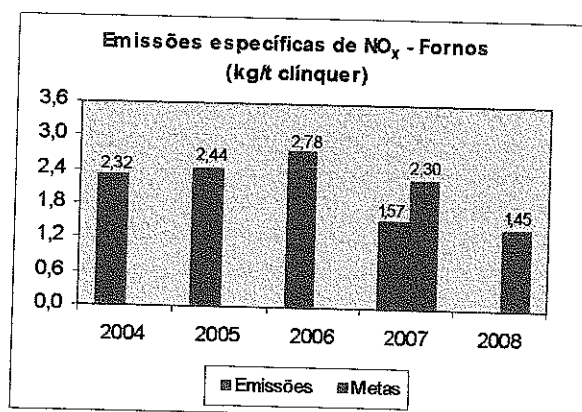
Mantendo-se essa previsão para o ano 2008, durante o qual se prevê apenas intervir num dos filtros das moagens de cimento, foi definida uma meta superior ao desempenho verificado em 2007 mas ainda assim inferior, em 6,1%, ao valor da meta estabelecida para esse ano.



5.1.2 ÓXIDOS DE AZOTO (NO_x)

Registou-se uma redução relevante (menos 10,6% relativamente ao ano anterior) das emissões específicas de NO_x nas chaminés dos fornos, cumprindo-se o valor da meta estabelecida.

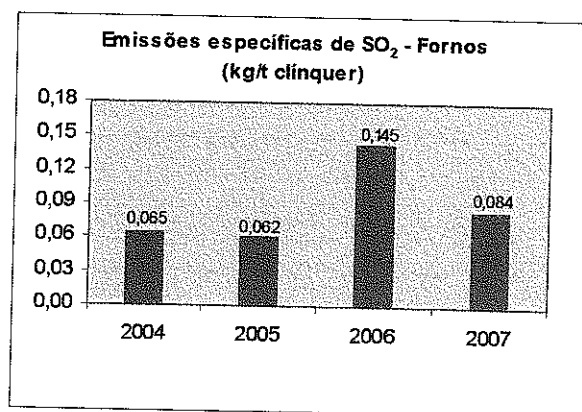
Esta redução, tendo em conta maiores exigências em termos dos VLE's aplicáveis ao regime de co-incineração no forno 7 e posteriormente estabelecidos pela licença ambiental para ambos os fornos, foi conseguida através de uma maior utilização e adaptação dos critérios operacionais dos sistemas de injeção de água (técnica de arrefecimento da chama – MTD/medida primária) e de amónia (técnica SNCR – MTD/medida secundária), registando-se um consumo de amónia quatro vezes superior ao do ano anterior.



5.1.3 DIÓXIDO DE ENXOFRE (SO₂)

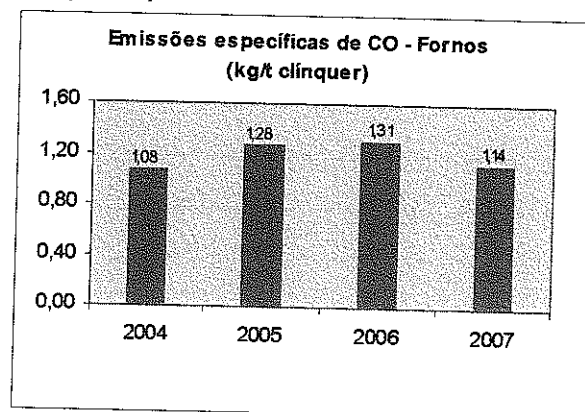
Foi registada uma redução nas emissões específicas de SO₂ nas chaminés dos fornos, que se atribui a uma maior percentagem de incorporação de calcário, de origem externa, cujo teor de enxofre é menor quando comparado com o proveniente de algumas das frentes de exploração da pedreira do Bom Jesus.

Por outro lado, a composição das matérias-primas alimentadas aos fornos foi sujeita a um controlo mais apertado, nomeadamente na linha 7, em função da redução do novo VLE aplicável ao regime de co-incineração (222 mg/Nm³ para os valores médios diários em vez de 400 mg/Nm³ para os valores médios mensais). Antecipando a entrada em vigor de VLE mais exigentes, foram realizados ensaios de adição de absorventes de SO₂ (hidróxido de cálcio) com o objectivo de testar a capacidade de reacção em situações potenciais de emissões elevadas (aquando da utilização de pilhas de pré-homo com teores mais elevados de enxofre proveniente de certos pisos da pedreira e em certas condições de operação - moagem de cru parada).



5.1.4 MONÓXIDO DE CARBONO (CO)

Foi registado um decréscimo, de cerca de 13,0% nas emissões específicas de CO, devido a melhorias das condições de queima dos combustíveis.

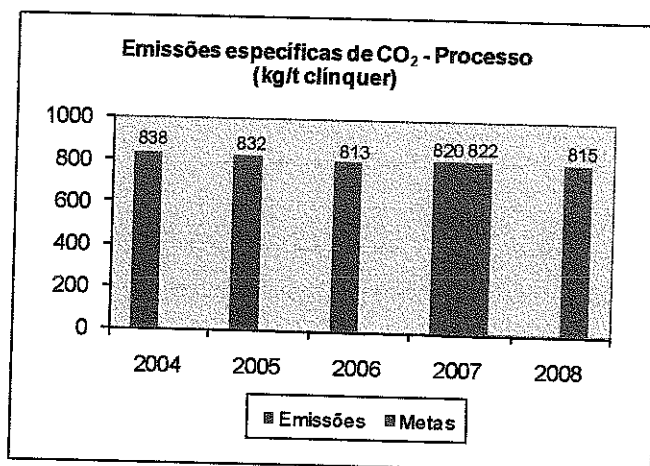


5.1.5 DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂)

Apesar da não utilização de carvão (que tem uma emissão específica de CO₂, por unidade de energia, superior à do petcoque) no mix de combustíveis utilizados, registou-se um ligeiro acréscimo, de 1,0%, no valor das emissões específicas de CO₂, relativamente ao ano anterior, associada a uma menor eficiência térmica dos fornos.

No entanto, o valor obtido, que reflecte o início da utilização no forno 7 de combustíveis alternativos, nomeadamente de biomassa animal e vegetal (cuja queima é considerada neutra em termos de emissões de CO₂) ficou ligeiramente abaixo da meta estabelecida.

Para 2008 foi definido um objectivo de redução das emissões específicas de CO₂ em função do arranque da valorização energética de combustíveis alternativos, incluindo biomassa, no queimador principal do forno da linha 6.



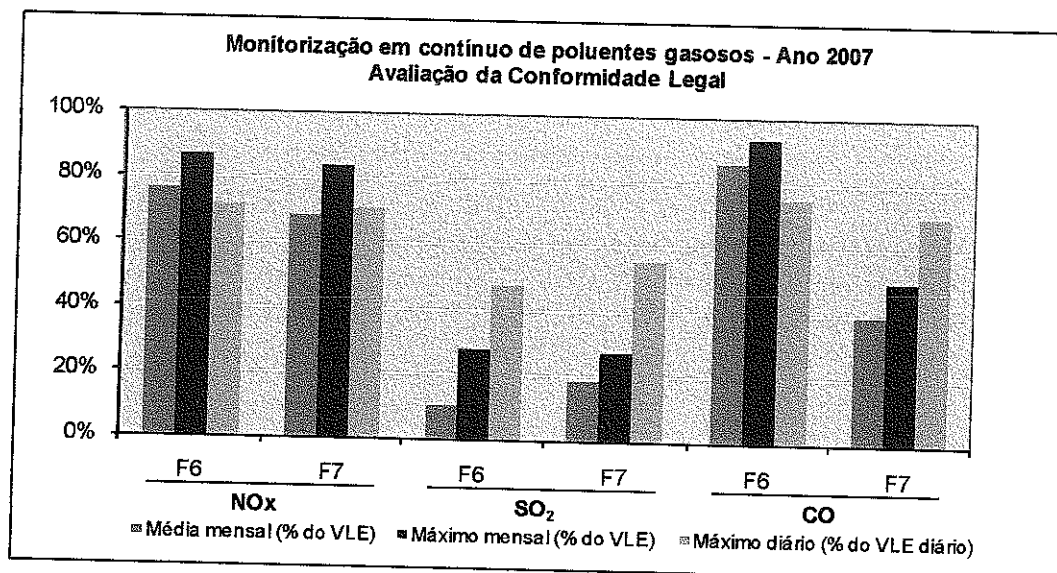
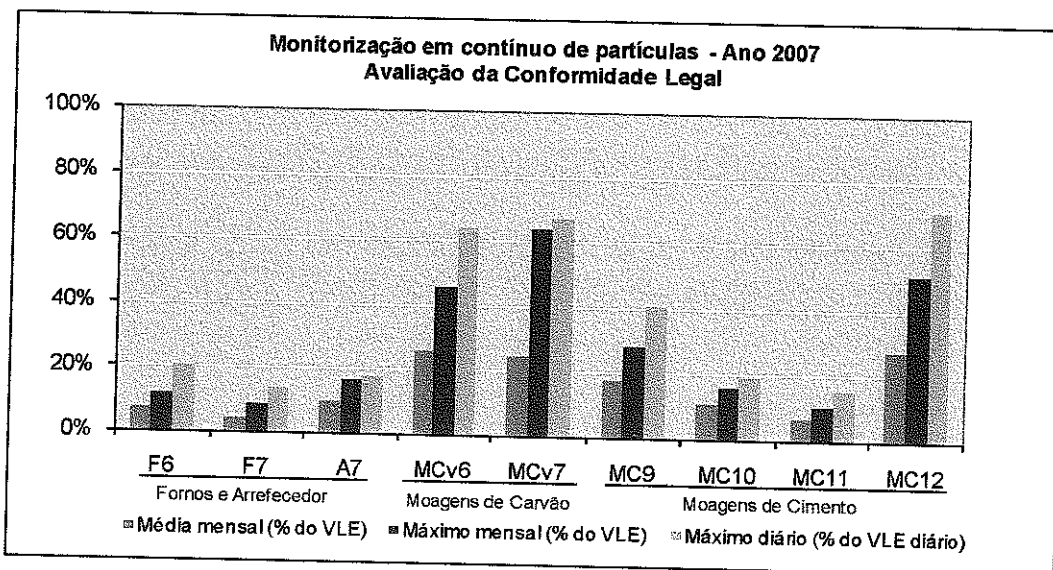
Confirmando que o número de licenças de emissão atribuídas no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão não era suficiente para cobrir as necessidades de produção, verificou-se em 2007 a ultrapassagem desse valor anual (1 736 995 t de CO₂), sendo o total das emissões verificadas de 1 808 504 t de CO₂, ou seja, 4,1% superior ao atribuído. Em termos de balanço dos 3 anos do primeiro período do CELE (2005-2007), obteve-se um valor total de emissões de CO₂ verificadas de 5 367 013 toneladas, sendo esse valor superior em 3,0% em relação ao total de licenças atribuídas (5 210 985 t). As licenças de emissão em falta foram adquiridas no mercado.

5.1.6 AUTOCONTROLO DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS DE FONTES FIXAS

Conforme já referido e em virtude do arranque da actividade de co-incineração de resíduos no forno 7, é apresentada em separado, para esta fonte de emissão, a avaliação da conformidade legal com os VLE estabelecidos na respectiva licença de exploração, emitida em finais de Março, e posteriormente integrados na licença ambiental PCIP.

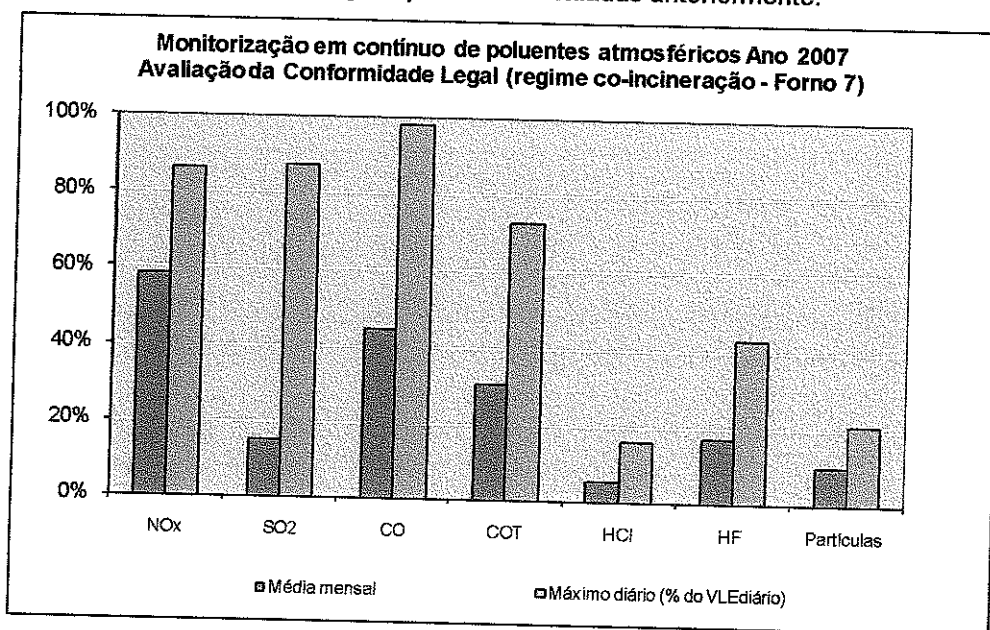
Nos gráficos seguintes, semelhantes ao de Declarações Ambientais anteriores, apresenta-se, para os poluentes medidos em contínuo ao longo de 2007 e em regime de funcionamento normal (ou seja, no caso do forno 7, inclui os períodos sem co-incineração de resíduos), a relação percentual entre os valores máximos dos valores médios mensais e dos valores médios diários registados, com os VLE's respectivos. Verifica-se que todos esses valores máximos são inferiores aos VLE's, o que garante a conformidade legal das emissões.

Para além disso, apresenta-se também a relação percentual, com o VLE, da média anual dos valores médios mensais registados para cada poluente.



O gráfico seguinte apresenta, em relação aos resultados da monitorização em contínuo durante os períodos de funcionamento do forno 7 em regime de co-incineração, a relação percentual entre o valor máximo dos valores médios diários registados durante esse período, com os VLE's respectivos definidos pela licença de exploração e que passaram a ser bastante mais exigentes que os anteriormente aplicáveis. Esta avaliação

abrange três novos poluentes (COT, HCl e HF) cujo autocontrolo através da monitorização em contínuo, substitui o autocontrolo através de medições pontuais efectuadas anteriormente.



Para a chaminé do forno 6, com o previsto arranque da co-incineração de combustíveis alternativos no queimador principal, foi instalado, em Agosto de 2007, um novo equipamento de monitorização em contínuo de todos os parâmetros já medidos na chaminé do forno 7.

Adicionalmente à monitorização em contínuo dos poluentes mais importantes emitidos nas chaminés principais, o CPA efectua, pelo menos duas vezes por ano, medições pontuais nas chaminés dos fornos de outros poluentes atmosféricos cujas emissões estão sujeitas a VLE's.

Os resultados obtidos nas campanhas de medições pontuais efectuadas em 2007, por laboratório externo acreditado, são apresentados nos quadros seguintes, verificando-se o cumprimento integral dos limites legais aplicáveis para todos os parâmetros.

Medições Pontuais na chaminé do Forno 6
 (valores apresentados em mg/Nm³)

Parâmetro	Valor limite de emissão (mg/Nm ³)	FORNO 6	
		1.ª medição	2.ª medição
COT	50	10,9	24,0
HF	50	< 0,2	< 0,2
HCl	250	1,1	1,0
H ₂ S	50	0,2	< 0,1
Metais pesados	8	< 0,0140	< 0,0087
Cd + Hg	0,2	< 0,0027	< 0,0023
As + Ni	1	< 0,0018	< 0,0010
Pb + Cr + Cu	5	0,0095	0,0054

< - Valor medido inferior ao limite de detecção do método de análise utilizado.

Nota: Para os parâmetros apresentados, cujos VLE são de aplicação geral, os resultados são corrigidos para um teor de 8% de O₂.

Para a chaminé do forno 7 são apresentados os resultados das medições pontuais efectuadas de acordo com o estabelecido na licença de exploração para a actividade de co-incineração. Os parâmetros sujeitos a autocontrolo passaram a incluir um maior número de metais pesados e as dioxinas e furanos, encontrando-se os valores obtidos bastante abaixo dos VLE aplicáveis. A monitorização pontual do H₂S, cujos valores obtidos têm sido consistentemente inferiores ao limite de detecção, deixou de ser realizada a partir da terceira medição sendo permitido que o autocontrolo deste poluente passe a ser efectuado com uma periodicidade de 3 em 3 anos.

NR
4

Medições Pontuais na chaminé do Forno 7 (regime de co-incineração)
(valores apresentados em mg/Nm³, com excepção das Dioxinas e Furanos)

Parâmetro	Valor limite de emissão (mg/Nm ³)	FORNO 7		
		1.ª medição	2.ª medição	3.ª medição
H ₂ S	50 ⁽¹⁾	< 0,1	< 0,1	n.d.
Cd + Tl	0,05	0,0009	0,0004	< 0,0003
Hg	0,05	0,0011	0,0007	0,0045
Sb+As+Pb+Cr+	0,5	< 0,0068	< 0,0150	< 0,0067
Co+Cu+Mn+Ni+V				
Dioxinas e Furanos	0,1 ng/Nm ³ (I-TEQ)	< 0,0011	< 0,0011	< 0,0009

< - Valor medido inferior ao limite de detecção do método de análise utilizado. n.d. - não determinado.

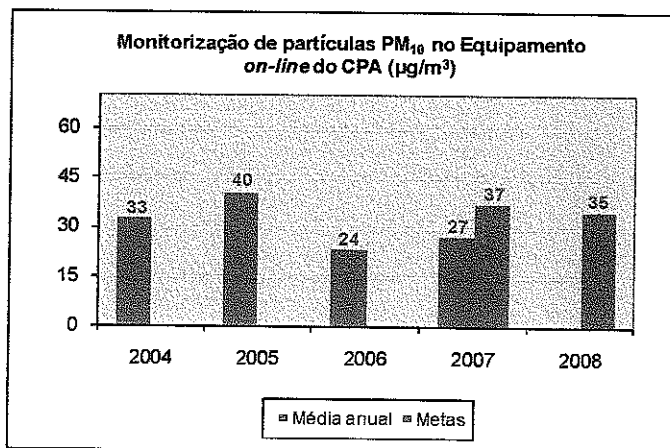
(1) - Valor limite definido pela Portaria n.º 286/93, de 12 de Março, em relação a um teor de referência de 8% de O₂.

Nota: Para os restantes parâmetros, os resultados são corrigidos para um teor de 10% de O₂.

5.1.7 EMISSÕES DIFUSAS DE PARTÍCULAS

A monitorização das partículas em suspensão (PM₁₀) no ar ambiente dentro das instalações do CPA é efectuada por um equipamento de monitorização em contínuo (*on-line*), a partir do qual se procede ao controlo e avaliação dos impactos ambientais associados às emissões difusas de poeiras, nomeadamente das provenientes dos diversos despeiramentos não associados às fontes fixas principais, e que representaram em 2007, cerca de 41% das emissões totais de partículas.

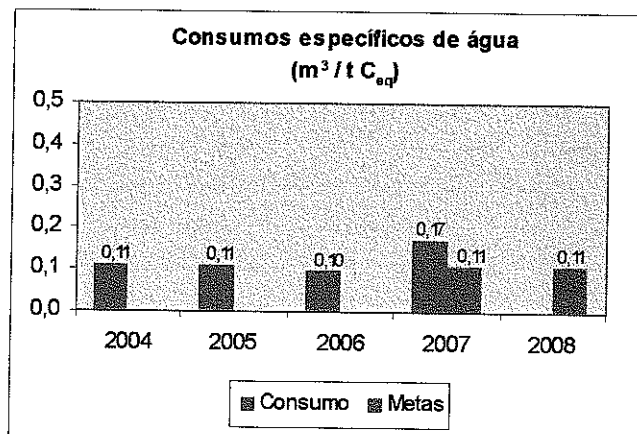
Os valores médios anuais registados desde 2004 são apresentados no gráfico seguinte, verificando-se, em 2007, o cumprimento da meta fixada bem como do limite legal (40 µg/m³). A variabilidade e imprevisão das condições meteorológicas e de outros factores externos que influenciam a qualidade do ar ambiente levaram à fixação de uma meta para 2008 superior ao desempenho verificado no presente ano embora inferior à meta estabelecida para o período anual anterior.



5.2 ABASTECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE ÁGUA

Registou-se um aumento relevante, de cerca de 71% do consumo específico de água, em relação ao ano anterior, não tendo sido cumprida a meta estabelecida. Os principais factores que influenciaram este desempenho relacionam-se com o aumento da quantidade de água utilizada no arrefecimento da chama (controlo das emissões de NO_x) e devido à interrupção do sistema de arrefecimento de água industrial, durante a montagem de novas torres de refrigeração, que originou um aumento das perdas por evaporação.

Para 2008, com a conclusão do projecto referido anteriormente, pretende-se reduzir o consumo específico de água para um valor igual ou inferior ao da meta estabelecida no ano anterior.



5.3 ÁGUAS RESIDUAIS

Nos quadros seguintes apresentam-se os resultados da monitorização da qualidade das águas residuais descarregadas na zona da fábrica e zona da pedreira de calcário do Bom Jesus, verificando-se que os mesmos foram inferiores aos limites legais para todos os parâmetros sujeitos a autocontrolo, com excepção das situações referidas de seguida.

Monitorização de águas residuais da zona da Fábrica – Ano 2007

Parâmetro	Limite legal	Unidades	Águas Residuais da Fábrica													
			ETAR doméstica		Garagem	Zona Armaz. Resíduos	Lavagem viaturas	Parque de armazenamento de combustíveis sólidos (ao ar livre)				Zona abastecimento de gasóleo		Zona armazenagem de fuel/gasóleo		
			1.º S	2.º S				Bacia I	Bacia II	Bacia III/IV	Bacia V	1.º S	2.º S	1.º	2.º	3.º
			Autocontrolo semestral		Autocontrolo trimestral (média anual)			Autocontrolo trienal (média anual)				Autocontrolo semestral		Autocontrolo trienal		
pH	6-9	escala Sorensen	7,1	7,6	7,8	7,9	7,8	8,4	8,6	7,9	7,9	7,7	7,7	9,0	7,8	8,5
CB05	40	mg/l O ₂	< 10	15												
CQO	150	mg/l O ₂	360	29	< 24	48	< 8	< 40	78	25	< 28	51	46	8	14	16
Detergentes	2	mg/l	0,1	0,2												
SST	60	mg/l	170	6	< 14	< 7	< 4	13	< 30	< 4	< 8	25	8	< 6	3	10
Óleos e gorduras	15	mg/l	4,2	0,7	< 5,3	< 2,5	< 7,3									
Óleos minerais	15	mg/l			< 1,4	< 1,4	< 3,6	< 0,7	< 0,5	< 0,9	< 0,5	2,6	3,1	< 0,7	0,2	7,7

< - Valor medido inferior ao limite de detecção do método de análise utilizado.

Nas descargas da zona da fábrica registaram-se algumas situações pontuais com valores superiores aos limites legais: valores de CQO e SST na descarga de águas residuais da ETAR (respectivamente de 360 mg/l O₂ e 170 mg/l, no 1.º semestre); um valor de óleos e gorduras na descarga da Garagem (19 mg/l, no 2.º trimestre) e um valor de CQO na descarga de um dos decantadores (Bacia II) da antiga zona de armazenagem de combustíveis sólidos (157 mg/l, 1.ª medição).

Monitorização de águas residuais da zona da Pedreira – Ano 2007

Parâmetro	Limite legal	Unidades	Estação Lavagem Viaturas				Zona Decantador		Zona abastecimento de gasóleo		Zona Decantador		
			Oficina		Auto		Britador Krupp		de gasóleo		Britador O&K		
			1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º S	2.º S	1.º S	2.º S	1.º	2.º	3.º
			Autocontrolo trimestral				Autocontrolo semestral		Autocontrolo trienal				
pH	6-9	escala Sorensen	8,0	7,5	7,8	8,1	7,6	7,5	7,8	7,8	7,6	8,0	7,7
CQO	150	mg/l O ₂	13	8	< 8	12	36	18	50	14	8	8	14
SST	60	mg/l	< 6	< 6	< 2	4	350	9	113	33	17	21	8
Óleos e gorduras	15	mg/l	< 0,7	8,6	< 0,1	1,4							
Óleos minerais	15	mg/l	< 0,7	5,1	< 0,1	0,8	1,5	0,5	1,5	0,5	1,6	1,6	1,8

< - Valor medido inferior ao limite de detecção do método de análise utilizado.

Nas descargas da zona da pedreira foram cumpridos os limites aplicáveis com excepção de dois valores de SST na descarga do decantador da zona do britador Krupp (350 mg/l, no 1.º semestre) e da zona de abastecimento de gasóleo (113 mg/l, 1.º semestre).

Todas as situações de incumprimento dos requisitos de monitorização e VLE das diferentes descargas de águas residuais foram comunicadas e justificadas perante a autoridade competente, tendo sido resolvidas após aumento das frequências de inspecção visual ou de lavagem, consoante os casos, sendo que os valores das análises efectuadas posteriormente evidenciaram, em todos os casos, o regresso à situação de cumprimento legal.

NP
G

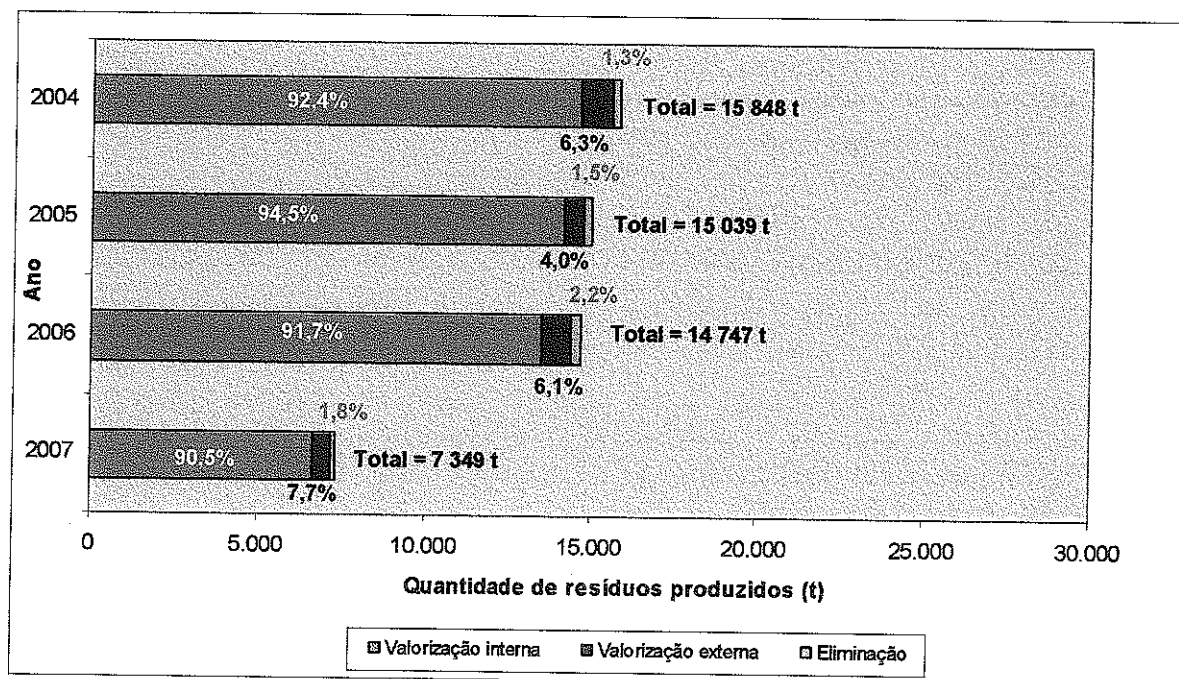
5.4 RUIDO

Apesar de prevista para finais de 2007, foi apenas possível realizar, em Janeiro de 2008, na envolvente do CPA, e nos mesmos pontos de medição referidos em Declarações Ambientais anteriores, uma campanha de medições de ruído para o exterior da instalação de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprovou o novo Regulamento Geral do Ruído (RGR), sendo de referir a monitorização efectuada num novo período de referência (entardecer) não previsto na legislação anteriormente em vigor.

Os resultados obtidos serão divulgados na próxima Declaração Ambiental intercalar.

5.5 GESTÃO DE RESÍDUOS

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução da produção total de resíduos, bem como o seu destino final, verificando-se, em relação ao ano anterior, uma redução significativa da quantidade de resíduos produzidos, assim como um aumento da percentagem global de valorização (interna e externa).



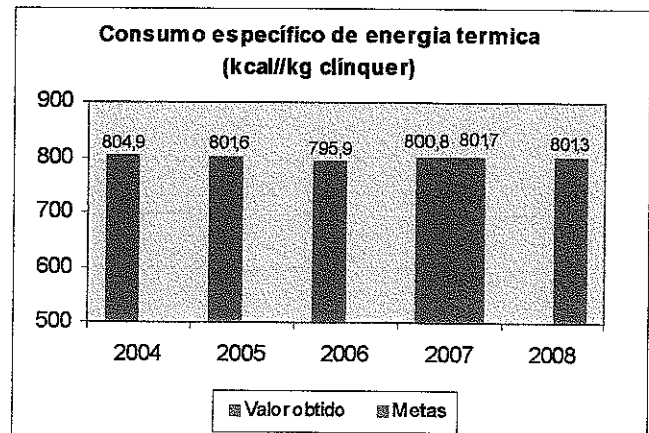
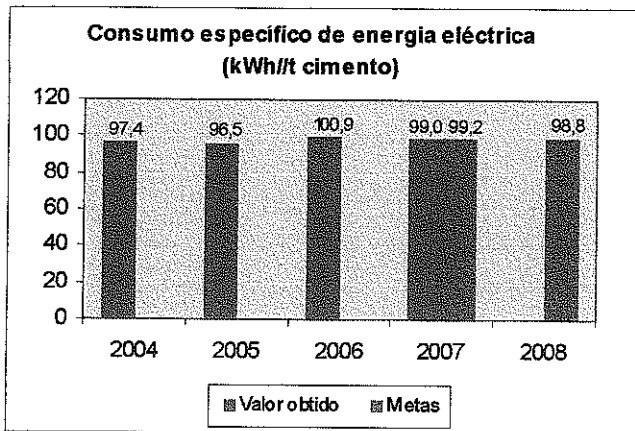
A percentagem de resíduos para operações de valorização interna foi de 90,5% do total de resíduos produzidos, não tendo sido cumprida a meta que previa um mínimo de 92%. Este resultado foi influenciado essencialmente pela menor quantidade de resíduos de construção e demolição para valorização interna. Destaca-se ainda a entrada em vigor de um contrato com uma empresa externa especializada para a gestão integrada de grande parte dos resíduos produzidos na instalação e enviados para o exterior, permitindo melhorar os processos internos de recolha selectiva e separação assim como aumentar a quantidade de resíduos valorizáveis externamente.

O CPA deu continuidade à valorização, como matéria-prima secundária, de resíduos provenientes de outros sectores de actividade, nomeadamente resíduos de corte e serragem de pedra (indústria das pedras ornamentais), lamas de hidróxido de cálcio (produção de acetileno) e de lamas provenientes de Estações de Tratamento de Águas de Abastecimento ou Águas Residuais. As quantidades valorizadas no decorrer de 2007 foram de 2 099, 3 581 e 7 166 toneladas, respectivamente.

12
6

5.6 ENERGIA

Nos gráficos seguintes apresenta-se a evolução dos consumos específicos de energia eléctrica e de energia térmica, verificando-se que, em ambos os casos, foram cumpridas as metas definidas para o período.



Nota: O cálculo do consumo específico de energia eléctrica é feito com base nos consumos energéticos de diferentes fases do processo de produção de cimento. Resulta assim, do somatório do consumo eléctrico específico da moagem do cimento (não incluindo a embalagem e expedição) com o consumo específico da produção de clínquer multiplicado pelo factor de incorporação de clínquer no cimento produzido (outros consumos auxiliares tais como oficinas/edifícios e tratamento de águas são repartidos por estas duas fases).

MP
G

6. OUTRAS QUESTÕES AMBIENTAIS

6.1. RENOVAÇÃO DO REGISTO NO EMAS

Após a validação, em Novembro de 2007, da Declaração Ambiental Completa referente ao ano de 2006 o CPA procedeu à preparação e apresentação, já em inícios de 2008, do pedido de renovação do registo no EMAS concedido desde Dezembro de 2005. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qualidade de organismo competente, considerou cumpridos os requisitos para essa renovação, tendo o respectivo certificado sido incluído na Declaração Ambiental de 2006 publicada e disponibilizada no site da Internet da Empresa (www.cimpor.pt, área MUNDO CIMPOR/AMBIENTE).

6.2. COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS

À semelhança de anos anteriores, o CPA abriu as suas portas ao público durante um período de quase um mês (de 7 de Maio a 5 de Junho), tendo contado com 1 048 visitantes. Foram recebidos grupos diversificados, abrangendo um vasto leque de idades (desde crianças a adultos), de preparação académica (do ensino básico ao superior) e de actividades profissionais, incluindo também instituições e associações locais e regionais.

Ao longo do ano o CPA manteve uma política de abertura e diálogo com as partes interessadas, tendo recebido no total, incluindo o período de "portas abertas", 1 328 visitantes.

Destaca-se ainda a realização de reuniões com representantes de entidades autárquicas e das comunidades locais para a constituição e regulamentação do funcionamento da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra.

No decorrer de 2007 não foram recebidas quaisquer reclamações de natureza ambiental.

6.3. RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA DA PEDREIRA

Na pedreira de calcário do Bom Jesus deu-se continuidade aos trabalhos de recuperação e integração paisagística previstos no Plano de Pedreira (PARP) para o ano de 2007, sendo de destacar a conclusão do enchimento, modelação e colocação de terra vegetal da zona D (Casal da Alegria) estando previstos para o triénio 2008-2010 a realização dos trabalhos de reflorestação dessa mesma zona.

Foram também realizados trabalhos na zona 0 de recuperação paisagística, tendo sido concluídos os trabalhos previstos no Plano de Gestão Florestal para o total da área abrangida (80,36 ha), com a execução da zona II (2,97 ha), da zona III (4,223 ha) e da zona envolvente da auto-estrada n.º 1 (2,0 ha) compreendendo a modelação de terrenos, distribuição de terra viva, fertilização e correcção dos solos.

Durante o próximo triénio será dada continuidade à manutenção do espaço florestal. Foi também iniciada a reconversão florestal de toda a área abrangida pelo PGF, que consiste na substituição gradual das espécies presentes, tendo-se plantado no decorrer deste primeiro ano, 21 270 árvores de porte florestal (Carvalhos, Loureiros e Medronheiros). Este projecto surge na prossecução dos objectivos de aumentar a biodiversidade e diminuir os riscos de incêndio, aliando igualmente o combate ao nemátodo do Pinheiro, que obriga ao corte prematuro de árvores resinosas.

6.4. SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Foi dada continuidade à implementação do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional (SISO), tendo sido realizadas no final do ano as primeiras auditorias internas de preparação para a certificação segundo as normas OHSAS 18001:1999 / NP 4397:2001 prevista obter em meados de 2008. Como acções relevantes implementadas destaca-se a instalação de 125 novos extintores e sistemas de segurança contra incêndios nas instalações de queima de combustíveis alternativos; a aquisição de fatos ignífugos para utilizar durante actividades desenvolvidas nas torres de ciclones e a montagem de protecções mecânicas e anti-queda em equipamentos, e plataformas para melhorar a acessibilidade e segurança nas operações de manutenção.

PA
4

Destaca-se ainda a monitorização das poeiras respiráveis e teor em sílica cristalina respirável nos locais de trabalho, no âmbito da implementação do "Acordo Multi-Sectorial Europeu de Diálogo Social para a Prevenção da Exposição Ocupacional à Sílica Cristalina Respirável", ao qual a CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., enquanto empresa associada da ATIC, decidiu aderir voluntariamente.

Refira-se ainda, com o objectivo de testar os procedimentos e meios definidos no Plano de Emergência Interno (PEI), a realização de um simulacro com um cenário de derrame de combustível seguido de incêndio junto à bomba de abastecimento de gasóleo dos veículos de exploração da Pedreira. Foi o primeiro simulacro realizado na zona da pedreira tendo sido testada a resposta em termos de reacção e rapidez dos intervenientes, que incluíram elementos dos Bombeiros Voluntários de Alhandra, e a adequabilidade dos meios e infra-estruturas ao nível das comunicações, medidas de contenção do derrame e prestação de primeiros socorros.

14
4**7. PROGRAMA AMBIENTAL DO CPA PARA 2008**

QUESTÕES AMBIENTAIS	OBJECTIVOS	ACÇÕES PLANEADAS	DATA
Emissões de partículas nas chaminés das fontes fixas principais (poluição atmosférica)	Reduzir em 6,1% as emissões específicas de partículas face à meta estabelecida para 2007	Substituição de mangas no filtro de despoeiramento da moagem de cimento 11.	2008
Emissões de NO _x nas chaminés dos fornos (poluição atmosférica)	Reduzir em 7,6% as emissões específicas de NO _x em relação ao valor obtido em 2007	Remodelação do queimador do forno 6 para optimização da queima de resíduos e da injeção de água para arrefecimento da chama. Conclusão dos trabalhos para aumento da capacidade de armazenagem e optimização dos sistemas de injeção de amónia nos fornos.	2008
Emissões de CO ₂ (Aquecimento global)	Reduzir as emissões específicas de CO ₂ produzido nos fornos, em 0,7%, relativamente ao valor obtido em 2006	Trabalhos complementares na instalação de valorização energética de combustíveis alternativos no pré-calcinador do forno 7. Conclusão da instalação para valorização energética de farinhas animais e outros resíduos no queimador principal do forno 6.	2008
Emissões difusas de partículas	Minimização das emissões difusas de partículas na zona da pedreira	Finalização da substituição da cobertura do armazém da Pré-Homo II.	2008
	Garantir um valor médio anual de concentração de partículas PM ₁₀ no ar ambiente inferior em 12,5%, em relação ao valor limite legal, no sistema de medição on-line existente na área fabril	Conclusão da remodelação de despoeiramentos dos transportadores de matérias-primas e montagem de "apanha migalhas" no transportador de clínquer do forno 7. Tapamento de 3 transportadores de clínquer e torres de transferência. (→) Alteração do sistema de despoeiramento do carregador de clínquer. (→) Optimização do despoeiramentos no Hangar de aditivos às moagens de cimento. Pavimentações diversas em áreas fabris Remodelação do filtro de despoeiramento do elevador de saída da moagem de cimento 10. Aquisição de uma nova varredora para limpezas fabris. (→)	2008
Gases que afectam a camada de ozono	Obter uma substituição acumulada de 56,9% de equipamentos contendo ODS	Continuação da implementação do Plano de eliminação gradual. (→) Aquisição de novos equipamentos de ar condicionado isentos de ODS para substituição dos existentes nas salas eléctricas.	2009
Consumo de Água	Reduzir o consumo específico de água em 35,3% face ao valor obtido em 2007	Alteração e substituição de tubagens do circuito de retorno das moagens de cimento. Instalação de novos contadores de consumos de água Instalação de aproveitamento das águas de lavagem dos gases dos depósitos de armazenagem de amónia. Sistema automático de rega para a zona envolvente da piscina.	2008
Águas Residuais	Introduzir melhorias nos sistemas de tratamento de águas residuais	Instalação de 3 separadores de tela metálica (skimmers) para recolha automática de óleos nos sistemas de tratamento de águas residuais provenientes das oficinas auto e da lavagem de viaturas. Construção de bacia de retenção de águas pluviais na zona de armazenamento de amónia.	2008
Ruído	Diminuição dos níveis de ruído das fontes mais relevantes de impacto para o exterior	Insonorizações do edifício da moagem de cru 6, dos ventiladores da plataforma do forno e de arrefecimento dos satélites da linha 6 e das bombas do sistema de arrefecimento de água do edifício social. Insonorização da sala de compressores e supressores do forno 6.	2009
Consumo de Energia	Reduzir o consumo específico de energia eléctrica em 0,2% face ao valor obtido em 2007	Substituição de revestimentos e placas dos moinhos de cimento. Remodelação das instalações de iluminação e tomadas Remodelação da automação do sistema de gestão de energia eléctrica. Substituição de motores eléctricos por motores de alto rendimento. (→) Instalação de suavizadores de arranque em 3 telas transportadoras.	2008

QUESTÕES AMBIENTAIS	OBJECTIVOS	ACÇÕES PLANEADAS	DATA
	Reduzir o consumo específico de energia térmica em 0,05% face à meta estabelecida para 2007	Actualização/Upgrade do sistema pericial de condução automática. (->) Conclusão da instalação de novo doseador gravimétrico de combustíveis sólidos do queimador principal do forno 7. Montagem de canhões de ar para minimizar encravamentos na linha 7.	2008
Gestão Ambiental	Garantir a renovação do Registo no EMAS	Apresentação do pedido e prestação de eventuais esclarecimentos para renovação do Registo.	2008

(->) continuidade para anos seguintes

8. GLOSSÁRIO

ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

CBO₅ – Carência Bioquímica de Oxigénio. Parâmetro que mede o potencial impacte ambiental de um efluente líquido sobre o meio receptor, causado pela oxidação bioquímica dos compostos orgânicos.

CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão

Ceq - Cimento equivalente – Factor utilizado para calcular as quantidades equivalentes de cimento se todo o clínquer produzido fosse moído para produzir cimento. É calculado da seguinte forma:

$t \text{ Ceq} = t \text{ clínquer produzido} \times (t \text{ cimento produzido} / t \text{ clínquer incorporado}).$

CFC e HCFC – Clorofluorcarbonetos e Hidroclorofluorcarbonetos. Gases considerados responsáveis pela depleção da camada de ozono e efeito de estufa. Fazem parte de um grupo de substâncias designadas por ODS.

Cinzas volantes – Produto constituído por partículas muito finas, arrastado nos gases de combustão e captado em sistemas de remoção de partículas. As cinzas volantes das centrais térmicas a carvão revelam propriedades hidráulicas e são integradas como constituintes do cimento, de acordo com a Norma NP EN 450:1995.

Clínquer incorporado – Quantidade de clínquer utilizado nas moagens para produção de cimento.

CO – Monóxido de Carbono. Gás incolor, insípido e inodoro muito tóxico, resultante da combustão incompleta de combustíveis fósseis. Na atmosfera converte-se em CO₂.

CO₂ – Dióxido de Carbono. Gás resultante da oxidação completa do carbono e formado em processos de combustão ou libertado pela decomposição térmica. É considerado um dos principais responsáveis pelo efeito de estufa e pelo fenómeno de aquecimento global.

COT – Carbono Orgânico Total.

CPA – Centro de Produção de Alhandra.

CQO – Carência Química de Oxigénio. Parâmetro que mede o potencial impacte ambiental de um efluente líquido sobre o meio receptor, causado pela oxidação química dos compostos orgânicos.

dB(A) – Decibel. O ruído é medido em dB(A), que é uma escala logarítmica. Por exemplo, o ruído das folhas agitadas pelo vento é cerca de 20 dB(A). O ruído numa sala de estar é cerca de 40 dB(A), num escritório 60-65 dB(A), numa rua com tráfego normal 80-85 dB(A) e de um martelo pneumático aproximadamente 100 dB(A).

DRE-LVT – Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo.

EMAS – *Eco-management and Audit Scheme* (Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria) – Regulamento (CE) n.º 761/2001, de 19 de Março, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 196/2006, da Comissão, de 3 de Fevereiro.

Emissão difusa – Emissão que não é condicionada através de uma chaminé.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Filtro de mangas – Equipamento de tecnologia de remoção de partículas que consiste, basicamente, na passagem de um gás, carregado de partículas sólidas, através de um tecido filtrante.

HCl – Ácido Clorídrico. Quando referido a concentrações nos gases exprime a concentração de compostos inorgânicos clorados nesses gases.

HF – Ácido Fluorídrico. Quando referido a concentrações nos gases exprime a concentração de compostos inorgânicos fluorados nesses gases.

H₂S – Sulfureto de hidrogénio

I-TEQ – Equivalente tóxico internacional

kcal/kg – Energia térmica consumida por unidade de produto.

kWh – Unidade utilizada para expressar o consumo de energia eléctrica consumida numa hora.

Metais pesados – Elementos químicos nos quais se incluem: Cd – Cádmio, Hg – Mercúrio, As – Arsénio, Ni – Níquel, Pb – Chumbo, Cr – Crómio, Cu – Cobre, Tl – Tálho, Sb – Antimónio, Co – Cobalto, Mn – Manganês e V- Vanádio.

MTD – Melhores Técnicas Disponíveis. Estádio mais avançado e eficaz de desenvolvimento, das actividades e respectivos modos de exploração, com vista a evitar e, quando tal não seja possível, reduzir o impacte dessas actividades no ambiente.

NO_x – Designação geral dos óxidos de azoto formados durante os processos de combustão a altas temperaturas, maioritariamente por oxidação do azoto atmosférico; podem ser também originados a partir dos compostos de azoto presentes nos combustíveis. Contribuem para a ocorrência de chuvas ácidas e para a formação nevoeiro fotoquímico.

ODS – Substancias depletoras da camada de ozono.

PARP – Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística: documento técnico constituído pelas medidas ambientais e pela proposta de solução para o encerramento e a recuperação paisagística das áreas exploradas.

PCIP – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

PEI – Plano de emergência interno.

PM₁₀ – Partículas em suspensão susceptíveis de serem recolhidas através de uma tomada de amostra selectiva, com eficiência de corte de 50%, para um diâmetro aerodinâmico de 10 µm.

SISO – Sistema Integrado de Saúde Ocupacional.

SNCR – *Selective Non-Catalytic Reduction*. Processo utilizado para redução das emissões de NO_x, considerado uma melhor técnica disponível, que consiste na injeção de amónia nos gases de saída do forno.

SO₂ – Dióxido de enxofre. Gás produzido maioritariamente nas combustões e resultante da combinação do enxofre do combustível ou da matéria-prima com o oxigénio. É um dos principais gases responsáveis pela ocorrência das chuvas ácidas.

SST – Sólidos Suspensos Totais. Parâmetro que mede a quantidade de materiais sólidos em suspensão num efluente líquido.

VLE – Valor Limite de Emissão.

12
4

9. IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS

Nome e Morada:

Centro de Produção de Alhandra
Praceta A. Teófilo Araújo Rato
Apartado 1
2601 – 908 ALHANDRA
Tel. + 351 219 40 85 00
Fax. + 351 219 50 19 12

Código NACE: 23.51 – Fabricação de cimento (CAE 23 510)

Denominação da empresa: CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.

Sede Social: Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 LISBOA

Tel. + 351 21 311 81 00

Fax. + 351 21 356 13 81

Internet: www.cimpor.pt

N.º de identificação de Pessoa Colectiva (NIPC): 500 782 946

N.º da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 5 759

Capital Social: 50 000 000 Euros

Direcção Industrial:

Edifício Cimpor

Av. Severiano Falcão, 8

2689-998 PRIOR VELHO - PORTUGAL

Esta Declaração Ambiental constitui um instrumento de excelência de comunicação e diálogo com o público e outras partes interessadas tendo o objectivo de fornecer informações de carácter ambiental, relativa aos aspectos e impactes ambientais das actividades, produtos e serviços do CPA e à melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

Para informações mais detalhadas e envio de eventuais comentários sobre a presente Declaração Ambiental, pode ser usado o seguinte contacto:

Direcção de Relações Externas e Comunicação

Tel. +351 21 311 81 00

Fax. + 351 21 311 88 26

E-mail: drec@cimpor.com

12

10. VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

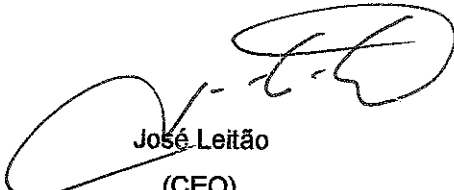
A **APCER – Associação Portuguesa de Certificação**, Organismo de Verificação Ambiental acreditado com o número PT-V-001, declara que a Declaração Ambiental do Centro de Produção de Alhandra, da CIMPOR Indústria de Cimentos, S.A., sito na Praceta A. Teófilo Araújo Rato – 2601-908 ALHANDRA, cumpre o estabelecido no anexo III do **Regulamento (CE) n.º 761/2001 do Parlamento Europeu (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – EMAS)** no relativo à fiabilidade, credibilidade e exactidão dos dados e informações constantes.

Esta validação é suportada na Declaração Ambiental autenticada com selo branco da APCER e no relatório de verificação n.º V2004.008/06, de 28 de Outubro de 2008.


O processo de verificação foi realizado de acordo com o anexo V do **Regulamento (CE) n.º 761/2001 do Parlamento Europeu (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – EMAS)** e com o documento público da APCER, Regulamento Geral de Certificação de Entidades, tendo sido assegurada a competência, isenção e independência da APCER no exercício das suas funções enquanto Verificador Ambiental.

Lisboa, 12 de *Dezembro* de 2008

O Verificador Ambiental



José Leitão
(CEO)



Maria Helena Pereira
(Auditora)